

O ensino de língua e literatura no Curso Normal de nível médio

Marines Andrea Kunz¹, Simone Daise Schneider², Rosemari Lorenz Martins³

¹Curso de Letras – Centro Universitário Feevale (FEEVALE)

²Curso de Letras – Centro Universitário Feevale (FEEVALE)

³Curso de Letras – Centro Universitário Feevale (FEEVALE)

marinesak@feevale.br, sschneider@feevale.br, rosel@feevale.br

Resumo. Este projeto de pesquisa tem por objetivo verificar se a mudança de paradigma proposta nos PCNs, na área dos estudos da língua e da literatura, está sendo colocada em prática no curso Normal – curso de magistério em nível médio, na região do Vale do Rio dos Sinos. Esta pesquisa é de natureza bibliográfica e de campo, de cunho qualitativo. As teorias sobre linguagem, língua, letramento, leitura e literatura, bem como sobre o construtivismo e o interacionismo servem de base para o desenvolvimento da pesquisa, que está centrada na metodologia do ensino de língua materna, leitura, literatura e, conseqüentemente, no desenvolvimento da linguagem. Na revisão bibliográfica, além do estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais, do PCNEM, e dos PCNs das séries iniciais do Ensino Fundamental no que tange ao ensino de língua e literatura, da legislação que rege os cursos de Normal em nível médio, estão sendo analisados os documentos das escolas – regimento e Projeto Político Pedagógico - que regem o curso Normal em cinco escolas do Vale do Rio dos Sinos, onde estão sendo realizadas entrevistas com os professores que ministram as disciplinas da área e com vinte estagiárias, sendo que cinco delas terão suas aulas observadas. Esses dados serão analisados à luz da revisão teórica, com o intuito de verificar se prática e teoria são compatíveis, ou se convergem, em que medida. Caso não seja, serão propostas alterações no Projeto Político Pedagógico bem como o investimento na formação de professores.

Abstract: This research project aims at verifying if the paradigm change, proposed by PCNs, for the field of language and literature has been in practice in teacher education programs of High School level from Vale dos Sinos region. It is developed through a bibliographic and case study, focus on a quality perspective. The theoretical base was built concerning the language, literacy, reading and literature theories, as well as, the constructivism and interactionism, which are focused on mother tongue teaching methodology, reading, literature and consequently in language developing. In the bibliographic review, besides the study of Diretrizes Curriculares Nacionais, PCNEM and PCNs for first grades of Elementary school, concerning language and literature teaching, the legal norms which rule these teaching

course from high school level, the official documents of these schools, such as Pedagogical Project and regiment, have also been analyzed in five schools from Vale dos Sinos Region. Interviews have been applied for teachers and also for twenty teachers in pre-service. Classes of five teachers out of twenty will be observed. The collected data will be analyzed triggered by a theoretical review in order to verify if the relation between theory and practice is suitable. Otherwise, some proposes will be made related to the pedagogical project and investments in teaching development programs.

Palavras-chave: educação; língua; literatura

1. Introdução

O objetivo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2000) é propor, além de novos conteúdos, principalmente, novas metodologias de ensino, baseadas em pressupostos construtivistas e interacionistas. Tais metodologias passaram a exigir a reestruturação das práticas pedagógicas bem como novas atitudes de professores e alunos durante as aulas. Os PCNs introduziram novos conceitos educacionais, novas palavras com significados nem sempre precisos para professores, coordenadores e diretores, o que provocou estudo, discussões, reflexões e buscas, a fim de estabelecer uma linguagem comum entre todos os profissionais dos estabelecimentos de ensino.

A partir disso, o trabalho coletivo passou a ser uma necessidade das escolas, uma vez que foi dada aos professores maior liberdade de tomar decisões, bem como de participar da elaboração de seus Projetos Político Pedagógicos, cujos resultados são avaliados pelo órgão competente pelos instrumentos, tais como o ENEM, que, ao avaliar o aluno, avalia, também, a instituição de ensino. Esses projetos, para seu êxito, devem ser resultados de decisões coletivas, a fim de que todos tenham o entendimento comum dos principais conceitos pertinentes à educação.

Assim, para que os professores possam fazer o ensino da língua algo significativo, antes é preciso que eles pensem a respeito de suas aprendizagens, do significado que tem a língua em si e de quais as possibilidades e dificuldades que enfrenta nesta. Percebe-se que apenas apropriar-se das transformações sugeridas nos PCNs não é suficiente para que haja uma efetiva transformação no ensino da língua. Logo, é preciso, também, pensar a prática do professor, seu papel na escola e sua inserção no contexto social. Os professores das séries iniciais têm, pois, papel fundamental na introdução da criança no mundo da leitura e da escrita, pois alfabetizam e desenvolvem sua competência lingüística, o que influenciará em toda a sua caminhada escolar e, provavelmente, em suas escolhas profissionais futuras.

Se isso for feito de modo exitoso, o ensino pode ser elemento catalizador do progresso do país. Contudo, se não se constituir como espaço de continuidade do desenvolvimento da linguagem que a criança já construiu, a escola comprometerá, inclusive, a caminhada escolar desse aluno. Com isso, atrasará o desenvolvimento do próprio país, perpetuando o secular quadro catastrófico de nossa educação.

Assim, o problema desta pesquisa constitui-se em verificar se a mudança de paradigma proposta nos PCNs, na área dos estudos da língua e da literatura, está sendo

colocada em prática no Curso Normal – curso de Magistério, em nível médio, na região do Vale do Rio dos Sinos. A investigação centra-se em diferentes aspectos:

- segundo a legislação, a que o Curso Normal habilita e qual é a formação exigida do profissional que ensina os pressupostos lingüísticos e literários nesse curso?

- qual a formação exigida do profissional que ensina os pressupostos lingüísticos e literários nesse curso e esta se mostra suficiente, para dar conta do que exigem os novos paradigmas de ensino de língua e literatura?

- quais são as concepções de linguagem, língua, letramento, leitura e literatura expressas no Projeto Político Pedagógico da escola, no Projeto Pedagógico do Curso e dos profissionais responsáveis por ministrar as disciplinas dessa área, expressas nos planos de ensino?

- como o supervisor de estágio orienta os estagiários a trabalharem com o ensino de língua e literatura?

- de que forma os estagiários contemplam, em suas aulas, os novos paradigmas para o ensino de língua e literatura?

A execução da pesquisa decorre do pressuposto de que, sendo o Brasil um país em que a leitura não faz parte do cotidiano das pessoas e a busca por conhecimento não é uma tradição, a formação dos cursos de magistério em nível médio não é suficiente para formar profissionais que atendam de forma satisfatória o aluno, principalmente, em sua formação inicial, que deveria merecer maior atenção, empenho e dedicação, já que é a base da formação do estudante.

Além disso, o aluno de Magistério ingressa no curso ainda muito jovem, sem maiores experiências de vida e com pouco conhecimento, pois ainda não solidificou os aportes teóricos necessários à função de professor. Tampouco, está preparado para assumir uma postura de aluno-pesquisador e de futuro professor-pesquisador, o que é agravado pelo fato de que esse curso não prevê o ensino das mesmas disciplinas oferecidas pelo Ensino Médio. Como se o professor não necessitasse de tal formação.

A situação ainda é mais preocupante considerando que esses profissionais são responsáveis, no Ensino Fundamental, pela alfabetização e pela formação inicial do leitor. Como, em geral, não aprofundam, ao longo do curso, os conhecimentos de aquisição da linguagem, da consciência fonológica, da leitura e da literatura infantil, além de, principalmente, das concepções de linguagem, de ensino de língua e de incentivo à leitura, não estão devidamente preparados para uma função de tamanha responsabilidade social: aprimoramento do desenvolvimento da linguagem do aluno, considerando sua socialização.

Tal realidade, em parte, deve-se ao fato de que os professores desses cursos encarregados de ministrar as disciplinas da área da linguagem não possuem habilitação específica na área, até porque a legislação não o exige. Dessa forma, acaba-se formando um círculo vicioso.

Para apresentar a proposta desta pesquisa, este artigo está assim organizado: expõe aspectos fundamentais da lei que rege o curso Normal em nível médio. Na seqüência, traz a relação entre a formação de professor e o trabalho com a linguagem. Segue com a parte metodológica, apresentando os espaços em que a pesquisa será

realizada e quais os procedimentos que conduzirão a coleta dos dados durante a pesquisa de campo. Por fim, considerações finais relacionadas às pretensões com o desenvolvimento desta pesquisa.

2. A lei na formação do professor

A compreensão da atual situação do ensino e do docente exige conhecimento da documentação acerca da área, bem como da legislação que rege o sistema de ensino e a formação dos docentes. A formação do professor é sustentada por leis específicas que definem as atribuições desse profissional e a sua preparação pedagógica – Parecer CEB nº 01/1999: Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores na modalidade normal em nível médio. Pode-se, então, considerar que a formação mínima exigida por lei, curso Normal de nível médio, é suficiente para o desempenho da docência? E para o trabalho com a língua materna?

Lançar questões que gerem a reflexão sobre aspectos importantes na prática do profissional, principalmente do responsável pelo trabalho com a língua materna, como também sobre a importância do conhecimento da legislação vigente, é fundamental para o avanço da pesquisa nessa área.

Dessa maneira, pensar no desenvolvimento lingüístico e comunicativo da criança, como parte integrante do seu desenvolvimento integral, é cabível. Na medida em que se focaliza o trabalho desenvolvido em sala de aula por meio do letramento, pensa-se na desenvoltura das habilidades envolvidas na linguagem, como a leitura, a escrita e, conseqüentemente, a oralidade, contribuindo para a acessibilidade e a participação efetiva do aluno em diferentes contextos sociais.

Considerando que se anseia por melhoria da qualidade de vida e do exercício da cidadania plena, verifica-se a importância do papel do professor nas mudanças educacionais pretendidas. Com isso, faz-se necessário a formulação de proposições inovadoras para os sistemas de formação de docentes, com visibilidade na legislação educacional e nos meios de comunicação.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pág.12) dá especial destaque ao papel do professor, tornando público que a sua função social é zelar, no contexto do dever do Estado pela educação escolar e pelo exercício do direito de aprender de cada aluno. Daí o profissional da educação é interpelado pela lei que consagra, no artigo 1º do Título I, no segundo parágrafo, a dimensão socialmente contextualizada da educação escolar, estabelecendo que deverá vincular-se ao mundo do trabalho e da prática social. Evidencia-se, por exemplo, a necessidade de se preparar o futuro professor para o trabalho tendo como unidade o texto e como objeto de ensino os gêneros textuais, consideradas práticas sociocomunicativas.

A complexa relação entre a formação dos professores e a qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (séries iniciais) vem sendo analisada, predominantemente, sob a ótica da ‘universitarização’ da formação inicial, conforme parecer do CEB em estudo. No Brasil, no entanto, a LDBEN, em seu artigo 62, admite a preparação do professor da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tanto em nível médio quanto em nível superior.

Segundo a mesma lei (LDBEN), em seu artigo 13, a atividade docente dos professores formados no curso Normal, em nível médio, é essencialmente coletiva e contextualizada em uma gestão pedagógica, cuja pretensão maior é provocar, apoiar e avaliar o processo de aprendizagem dos alunos.

Vale evidenciar, entre as propostas pedagógicas que iluminam o percurso da formação de professores, de acordo com o foco desta pesquisa:

III – a clareza a respeito das competências e capacidades cognitivas sociais e afetivas pretendidas como objetivos do curso Normal de nível médio, é decisiva par o diálogo entre os integrantes da comunidade escolar, o conjunto da sociedade e entre as áreas curriculares na relação com os múltiplos aspectos da vida cidadã, com vistas ao desenvolvimento da prática pedagógica.

VI – a reflexão sistemática sobre o saber do fazer de cada professor e da escola como um todo é impulsionadora do processo de produção do conhecimento que se instaura como uma atividade crítica desde as origens da formação do professor.

Destacam-se essas duas, de acordo com a proposta da nossa pesquisa, pois, na primeira, o diálogo é proposto como a base do ato pedagógico, a fim de que sejam desenvolvidas aprendizagens significativas. A segunda tem destaque especial, porque propõe a reflexão permanente sobre a prática conferindo validade aos estudos e às experiências a que são expostos alunos e professores. Logo, elege-se o fazer como o objeto de reflexão. Assim, o conjunto de dez propostas pedagógicas tem como foco a constituição de indivíduos autônomos e protagonistas de uma construção mais significativa do processo educativo.

Constata-se, então, que as diretrizes curriculares para o curso Normal em nível médio estão em sintonia com os PCNs (Parâmetro Curriculares Nacionais). Isso se justifica porque o objetivo dos PCNs é de propor, além de novos conteúdos, principalmente, novas metodologias de ensino, baseadas em pressupostos construtivistas e interacionistas que passam a exigir novas atitudes de professores e alunos durante as aulas.

O principal conceito introduzido pelos PCNs é o do “ensino centrado no aluno”, ou seja, o ensino que leve o aluno a construir o seu próprio conhecimento. Isso representa uma mudança de paradigma educacional, do ensino expositivo, centrado no professor, para um ensino construtivista e interacionista, centrado na capacidade do aluno de entender e reconstruir determinado assunto a partir de práticas pedagógicas sob a perspectiva do letramento, uma vez que o aluno tem a necessidade, não só de se alfabetizar, mas de ser capaz de fazer uso da leitura e na escrita, em suas práticas sociodiscursivas.

Para que essa mudança de paradigma realmente leve a um ensino qualificado, é necessário que os cursos de formação de professores tenham consciência dessa proposta, a compreendam e a coloquem efetivamente em prática, a fim de que seus alunos, na futura função de professores, tenham essa mesma concepção e façam do ensino de língua e de literatura algo realmente significativo e modificador da realidade social.

3. A formação de professor e o trabalho com a linguagem

Para discutir sobre a formação de professor e o trabalho com a linguagem, além de os PCNs, busca-se Irandé Antunes (2003), lingüista reconhecida, sobretudo, grande educadora e uma intelectual comprometida com as questões da educação nacional. Conhecida, também, por escutar as dúvidas e angústias de professores do Ensino Fundamental e Médio, com quem busca construir alternativas para o trabalho com a língua e a linguagem no cotidiano da sala de aula.

Neste contexto da pesquisa, discute-se o que Irandé chama de “práticas inadequadas e irrelevantes não condizentes com as mais recentes concepções de língua e, conseqüentemente, com os objetivos mais amplos que legitimamente se pode pretender para o seu ensino”. Em seu livro *Aula de Português: encontro e interação* (2003), ela mostra o que e como a escola trabalha a oralidade, a escrita a leitura e a gramática e, posteriormente, como deveria trabalhar.

De acordo com a esta proposta, busca-se como a escola trabalha essas habilidades, uma vez que a presente pesquisa encontra-se em andamento e o foco está em verificar se a mudança de paradigma proposta nos PCNs, na área dos estudos da língua e da literatura, está sendo colocada em prática no curso Normal – curso de magistério em nível médio. Se ela apresenta como está sendo trabalhado, acredita-se, pois, que a escola, tanto a formadora quanto a de atuação do formado, não está colocando em prática o que prevê os PCNs.

A própria Irandé questiona se há sinais de mudança, pois, segundo ela, a prática pedagógica, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase desconectada. Afirma (2003:19):

Embora muitas ações institucionais já se tenham desenvolvido, no sentido de motivar e fundamentar uma reorientação dessa prática, as experiências de renovação, infelizmente, ainda não ultrapassam o domínio de iniciativas assistemáticas, eventuais e isoladas.

Tal constatação deixa claro o quanto o que prevê o CEB – consolidar o processo que busca um padrão de qualidade para a educação básica no país – não está nem perto de se dar por concretizado. Conseqüentemente, o que prevê os PCNs, da mesma forma, não faz parte do contexto da escola, como por exemplo, o trabalho com gêneros textuais e a prática dialogada, evidenciando o letramento escolar.

A referida autora analisa o trabalho desenvolvido nas salas de aula quanto à oralidade, à escrita, à leitura e à gramática. No que se refere às atividades em torno da oralidade, constata uma “quase omissão da fala como objeto de exploração no trabalho escolar”. Em outras palavras, há uma generalizada falta de oportunidades de se explicitar em sala de aula os padrões gerais da conversação, de se abordar a realização dos gêneros orais da comunicação pública, que pedem registros mais formais, com escolhas lexicais mais especializadas e padrões textuais mais rígidos, além do atendimento a certas convenções sociais exigidas pelas situações do “falar em público”.

No que se refere às atividades em torno da escrita, constata-se um processo de aquisição da escrita que ignora a interferência decisiva do sujeito aprendiz, na construção e na testagem de suas hipóteses de representação gráfica da língua. Além disso, a prática da escrita é artificial e inexpressiva, realizada em “exercícios” de criar listas de palavras soltas ou, ainda, de formar frases, desvinculadas de qualquer contexto

comunicativo. Vale, ainda, destacar que é uma escrita sem qualquer valor interacional, sem autoria e sem recepção.

Quanto à leitura, Irlandé destaca que as atividades são centradas nas habilidades mecânicas de decodificação da escrita, sem interesse, nem função. As atividades aparecem desvinculadas dos diferentes usos sociais que se faz da leitura atualmente. A interpretação dos textos lidos limita-se a recuperar os elementos literais e explícitos presentes na superfície do texto.

As atividades em torno da gramática evidenciam o ensino de uma gramática descontextualizada, amorfa, desvinculada dos usos reais da língua escrita ou falada na comunicação do dia-a-dia. As frases trabalhadas para ensino da língua são inventadas, com palavras e frases isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função, enfim meras frases para o exercício a ser realizado.

Esse é, segundo Irlandé, o quadro constatado nas salas de aula atualmente. Como pode ser visto anteriormente, esse quadro não é o que prevê os PCNs, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, nem mesmo os descritores do SAEB que contemplam explicitamente apenas um conjunto de habilidades e competências em compreensão e nada de definições ou classificações gramaticais. Destaca-se, pois, que não há um descritor sequer que se pareça com os itens tradicionais dos programas de ensino do português.

Tais constatações são motivações para querer mudar. Para tanto, é necessário rever e reavaliar certas concepções, objetivos, procedimentos e resultados de modo que as ações orientem para conseguir ampliar as competências comunicativas dos alunos. Portanto, a investigação que aqui se apresenta é pertinente a fim de indicar caminhos para a efetiva mudança de paradigma e colocar em prática, em especial nos cursos de formação de professores, o que prevê não só os PCNs, mas as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

4. Caracterização dos espaços

O espaço de pesquisa envolve cinco escolas na região de abrangência do Centro Universitário Feevale, que oferecem o curso Normal em nível médio. Duas dessas escolas são da rede particular de ensino e três da rede pública estadual.

Nas escolas da rede estadual, o curso Normal é realizado em quatro anos e meio ano de estágio. Uma escola da rede particular oferece o curso em três anos e meio somado a meio ano de estágio. Três dessas escolas oferece, além do curso normal, o curso para quem já concluiu o Ensino Médio e busca formação específica, o qual se desenvolve em um ano para a realização das disciplinas e meio ano para estágio.

A proposta dos cursos, de modo geral, procura desenvolver valores, conhecimentos e competências necessárias ao exercício da atividade docente, na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

5. Proposta metodológica da pesquisa

Esta pesquisa, que se encontra em andamento, prevê várias etapas para coleta dos dados necessários para discutir a proposta inicial. Em cada uma das cinco escolas estão sendo analisados os documentos que regem o ensino do curso Normal em nível médio.

Após, serão realizadas entrevistas com os professores que ministram as disciplinas da área e com vinte estagiárias (quatro por escola). A entrevista com a professora que ministra a disciplina consta de questões como:

Questão 1: Qual o seu conhecimento sobre o que os PCNs apontam em relação às novas metodologias do ensino.

Questão 2: Fale sobre a sua concepção de:

a) Linguagem: _____

b) Língua: _____

c) Letramento: _____

d) Leitura: _____

e) Literatura: _____

Questão 3: Você considera as novas metodologias de ensino de língua e literatura baseadas em pressupostos construtivistas e interacionistas, propostas pelos PCNs, adequadas para que o aluno possa construir seu próprio conhecimento? Comente.

Questão 4: Como são suas aulas de metodologia da linguagem e orientações de práticas de estágio? Acredita estar preparando o aluno (futuro professor) para as suas práticas de sala de aula? Como? Comente.

Questão 5: Como se dá o preparo do futuro professor para exercer o papel fundamental de introduzir o seu aluno no mundo da leitura e da escrita?

Questão 6: Você acredita que o aluno sai das escolas de magistério preparado para contribuir com a escola como um espaço de continuidade do desenvolvimento da linguagem que a criança já apresenta? Como?

Questão 7: Em que consiste, no seu ponto de vista, o “fracasso” na educação? De que forma professor formador de professor pode contribuir para mudar esse quadro?

Já a entrevista com a estagiária consta de questões como:

Questão 1: Fale um pouco como você vê a instituição/ disciplina formadora, no seu preparo para atuação, quanto à:

Concepções de:

a) Linguagem _____

a) Língua _____

b) Letramento _____

c) Leitura _____

d) Literatura _____

Ensino da:

a) Leitura _____

b) Escrita _____

c) Língua _____

d) Literatura_____

Questão 2: Como o supervisor de estágio orienta os estagiários a trabalharem com o ensino de língua e literatura?

Questão 3: Da forma como são planejadas suas aulas, você acredita que está oportunizando a continuidade do desenvolvimento da linguagem que a criança já construiu? Exemplifica.

Questão 4: Você contempla, em suas aulas, os novos paradigmas para o ensino de língua e literatura, propostos pelos PCNs? De que forma?

Questão 5: E o ensino da língua, como se dá?

Questão 6: Segundo os PCNs, deve-se ter como unidade de ensino o texto, e como objeto de aprendizagem, o gênero textual. Suas aulas são preparadas, contemplando essa proposta? Como?

Questão 7: Relate situações de sala de aula que contemplam a alfabetização e a formação inicial do leitor.

Além disso, observar-se-á uma semana de aula de uma estagiária, por escola, com análise dos planos de aula dos estagiários para verificar se contemplam em suas aulas, os novos paradigmas. A observação será registrada em diário de campo.

Por fim, realizar-se-á comparação dos dados coletados com a revisão bibliográfica, a fim de verificar em que medida teoria e prática são compatíveis.

6. Considerações Finais

Assim, de posse dos dados da pesquisa, será possível promover cursos de Formação Continuada, primeiramente, para os formadores de professores em nível médio, depois para os próprios alunos desses cursos e para os professores que têm essa formação e não seguiram seus estudos. A partir dos resultados poder-se-á refletir sobre a formação de professores em nível superior. E, em um terceiro momento, é possível averiguar se o planejamento, o discurso e a prática do professor com formação apenas em nível médio, em diferentes municípios da região do Vale do Rio dos Sinos, contemplam os novos paradigmas de ensino de língua e de literatura.

Esta pesquisa contempla a Visão do Centro Universitário Feevale, que busca contribuir para o desenvolvimento regional, bem como com o seu Compromisso Social, que é promover o conhecimento, a formação dos indivíduos e a democratização do saber, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

7. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Irandé. **Aula de português:** encontro e interação. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Parecer n. 04/98. Disponível em: <<http://www.zinder.com.br/legislacao/dcn.htm#rceb199>> Acesso em: jul. 2008

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 1/99. Disponível em:
< <http://www.zinder.com.br/legislacao/dcn.htm#rceb199>> Acesso em: jul.2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 22/98. Disponível em:
< <http://www.zinder.com.br/legislacao/dcn.htm#rceb199>> Acesso em: jul.2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. IN: CAHALI, Yussef Said (org.). Constituição federal, código civil, código de processo civil. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2004. (RT-mini-códigos) p.942-989.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: jul. 2008.

NUNES, Clarice. Formação docente no Brasil: entre os avanços legais e recuos pragmáticos. Teias, Rio de Janeiro, ano 1, n1, p.16-30, jan., 2000. Disponível em: <<http://www.revistateias.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/14/16>>. Acesso em: jul. 2008.

Plano Nacional de Educação – PNE. Ministério da Educação. Brasília: Inep, 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: jul. 2008.